

Exmos./as Senhores/as

Agradecemos o vosso contacto e sublinhamos a nossa concordância com as propostas enviadas.

Relembramos que na legislatura que agora termina o PAN propôs, ainda que sem conseguir aprovar, algumas das propostas que nos enviaram. Destacam-se:

- A elaboração de um estudo sobre o racismo institucional em Portugal (disponível aqui: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=173121>) e que foi chumbado com os votos contra do CH e do PS e a abstenção da IL;
- Medidas de combate à discriminação de cidadãos estrangeiros no acesso aos serviços públicos e no trabalho (disponível aqui: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=152183>);
- A punição de comportamentos discriminatórios para com estrangeiros no acesso a bens e serviços (disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=141786>), chumbada com o voto contra de PS, IL, PCP e BE e a abstenção de PSD e L;
- A inclusão do direito à não-discriminação em razão da cidadania e do território de origem no Estatuto do Aluno (disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=243310>), chumbada com o voto contra de PS, PSD e IL e a abstenção do PCP;
- Alteração do regime jurídico do referendo local tendo em vista a eliminação de discriminações em vigor quanto aos cidadãos de estados de língua oficial portuguesa com residência legal em Portugal (disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=173079>) e que apesar de aprovado na generalidade (com votos contra de PSD e a abstenção do CH) não pôde concluir o seu processo legislativo em virtude do fim antecipado da legislatura.

No nosso programa eleitoral destacamos as seguintes propostas:

- Realizar ações junto da comunidade escolar que sensibilizem para contributos históricos relevantes protagonizados por mulheres e membros de minorias;
- Implementar formação obrigatória contra a discriminação para funcionários públicos, elementos das forças de segurança e equipas de emergência médica;
- Dinamizar uma campanha nacional escolar pela inclusão e antidiscriminação;
- Adotar medidas que visem impedir a discriminação étnico-racial no acesso à habitação;
- Apoiar o ensino, presencial e à distância, da língua do país de destino, bem como da língua materna para as comunidades, com inscrições gratuitas;
- Garantir a não deportação em caso de processo de regularização pendente e/ou em curso;
- Criar uma bolsa nacional de intérpretes disponíveis aos/às imigrantes, garantindo que a comunicação, verbal e escrita, seja feita numa língua que o/a migrante compreenda;
- Pugnar pelo princípio de iguais contribuições e iguais prestações através da revisão de toda a legislação para que, durante a pendência dos processos de regularização (que demoram em média dois anos), os/as imigrantes que pagam impostos e contribuições para a

Segurança Social tenham acesso a prestações sociais (subsídio de desemprego, abono de família) e ao SNS em iguais condições aos/às demais cidadãos/ãs;

- Promover cursos financiados que permitam a integração de imigrantes sem autorização de residência regularizada;
- Garantir o acesso ao ensino de português língua não materna para imigrantes e refugiados/as, eliminando obstáculos como o número mínimo de estudantes;
- Criar uma bolsa de intérpretes, disponíveis para acompanhar os refugiados e imigrantes nas suas deslocações aos serviços essenciais do estado;
- Garantir a presença de uma entidade externa que desempenhe o papel de monitorização do respeito pelos direitos humanos, apoio social e psicológico nos centros de detenção;
- Garantir que as pessoas imigrantes com processo de regulamentação pendente possam inscrever-se no IEFP, I.P., para acesso a formação profissional, cursos de Português Língua de Acolhimento e procura de oportunidades de emprego;
- Desburocratização dos processos administrativos inerentes ao processo do estatuto de refugiado/a e imigrante de acesso à saúde, à Segurança Social e demais serviços públicos;
- Promover programas de acesso à habitação, complementares aos programas de acolhimento de refugiados/as, que permitam que no fim do programa as pessoas possam ficar na mesma casa através de pagamento de renda gradual; desta forma, as casas ficam destinadas às pessoas e não às associações que as apoiam;
- Garantir condições dignas de trabalho para todos/as os/as trabalhadores/as, nomeadamente para refugiados/as e migrantes, visando combater todas as formas de exploração; e
- Reforçar a capacidade, formação e ações de inspeção laboral, para que cheguem a todos os locais de trabalho em Portugal onde os/as trabalhadores/as migrantes estão empregados/as.

Ficamos ao dispor para esclarecimentos adicionais,

Com cordiais cumprimentos,

Equipa PAN